

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 2 de abril de 2025 - Ata n.º 22.

Aos dois dias do mês de abril de dois mil e vinte e cinco, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à hora regimental, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. A Senhora Presidente, Deputada **Flávia Francischini**, secretariada pelos Sr.^s Deputados **Gugu Bueno** (1.^º Secretário) e **Márcia Huçulak** (na função de 2.^a Secretária), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **22.^a Sessão Ordinária da 3.^a Sessão Legislativa da 20.^a Legislatura.**

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): “*Sob a proteção de Deus,*” iniciamos a Sessão Ordinária desta quarta-feira. Consulto o 1.^º Secretário se há Expediente a ser lido.

SR. 1.^º SECRETÁRIO (Deputado Gugu Bueno – PSD): Sim, Sr.^a Presidente.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos recebidos pela Assembleia, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofícios: (Encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 647/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Tercílio Turini; **Ofício n.º 648/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 649/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Fábio Oliveira; **Ofício n.º 650/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Cobra Repórter; **Ofício n.º 651/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a

Requerimento da Deputada Mabel Canto; **Ofício n.º 652/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost; **Ofício n.º 653/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Luiz Claudio Romanelli; **Ofício n.º 654/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Luciana Rafagnin; **Ofício n.º 655/2025** da Casa Civil, encaminhando resposta a Requerimento do Deputado Ney Leprevost.

Era o que tínhamos, Sr.^a Presidente.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Primeiro orador inscrito no horário do Pequeno Expediente: Deputado Delegado Tito Barichello.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Quero inicialmente cumprimentar a Ex.^{ma} Presidenta da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná neste momento, Deputada Flávia Francischini, que fica muito bem neste cargo – competente, dedicada, inteligente. Meus parabéns, minha querida. Cumprimento o Líder do Governo, cumprimento o Líder da Oposição, cumprimento os caros colegas Deputados Estaduais, cumprimento os estudantes aqui presentes, que são, sem dúvida alguma, nosso futuro. Meus parabéns por aqui estarem e já os convido para visitarem o gabinete do Delegado Xerifão no 8.^o andar, está certo? Passem lá, vamos tirar uma foto e vamos conversar. Cumprimento a imprensa que nos assiste, cumprimento as pessoas que estão na Assembleia Legislativa. Senhores, no último dia 27 um avião da FAB saiu de Brasília em direção a São Paulo. Um avião, Sr. Líder do Governo, da Força Aérea Brasileira. Esse avião teve um único passageiro, alguém adivinha quem foi o único passageiro que estava no avião? O Ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. E onde estava indo o Ministro Alexandre de Moraes, em alguma pauta oficial? Não! Assistir ao jogo Corinthians x Palmeiras. A Janja viajando pelo mundo às custas do dinheiro público e nem servidora pública ela é. Agora o Ministro do Supremo Tribunal Federal, que é o guardião da Constituição, que segue a Constituição, que fala em nome da Constituição Federal, esqueceu todos os princípios ali inseridos no art. 37: da legalidade, da impensoalidade, da

moralidade, da publicidade e da eficiência. Deu um apagão geral. E nesse apagão geral sai ele como único passageiro em um avião de Brasília para São Paulo para, no dia seguinte, assistir ao jogo Corinthians x Palmeiras que deu zero a zero e acabou com o Coringão campeão do Estado de São Paulo. Senhores, é uma pouca-vergonha! Dois pesos e duas medidas. No dia 8 de janeiro, nós temos o quê? Nós temos uma mulher, a Débora, mãe de família, evangélica, condenada praticamente a 14 anos de reclusão, porque já tem votos nesse sentido, esteve presa preventivamente, por nem pichar, por escrever em uma estátua “*Perdeu mané*”. E, agora, o Ministro do Supremo Tribunal Federal usa um avião da FAB. Isso é inaceitável. Onde está o Procurador-Geral de Justiça, onde está o Procurador-Geral da República, onde estão as instituições do Brasil que se calam e que nada falam? Onde estão os Senadores e Deputados Federais? *Impeachment* já para Alexandre de Moraes, porque eu não tenho medo, contem comigo sempre. E sempre digo: o medo não faz parte do vocabulário do Delegado Xerifão. Muito obrigado.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Passamos para o horário das Lideranças. Primeiro orador: Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Senhora Presidente, Sr.^s Deputados, bom dia a todos. Senhora Presidente e Sr.^s Deputados e todos que nos acompanham de casa, começar meu pronunciamento com uma pergunta: Quem dos senhores aqui e das senhoras, e de quem está em casa, continua ainda realizando o ciclo completo da vacinação contra a covid? Quem ainda está indo regularmente tomar as doses da vacinação contra a covid nos postos de saúde? Se a tua resposta for que você não tem se vacinado nos últimos tempos, então você tem que também se perguntar – assim como eu estou me perguntando – por que é que está havendo, Dr. Leônidas, uma caça, um terrorismo sobre os pais e sobre as crianças de zero a cinco anos para que elas sejam submetidas à vacinação? Lembro muito bem que, quando começou a pandemia...E se os senhores não estão mais tomando a vacina hoje é porque, graças a Deus, a pandemia acabou. A pandemia acabou, graças a Deus! Quando começou a pandemia, qual era a

orientação do Ministério da Saúde? Era que, por primeiro, os mais vulneráveis, os mais velhos, os que tinham comorbidades fossem submetidos à vacina. Depois foi reduzindo a faixa etária até chegar, quase no fim da pandemia, nos jovens. As crianças naturalmente nem eram colocadas nesse rol de prioridade, porque a criança tem uma condição imunológica muito diferente. E, para se somar a esse questionamento que faço nesta manhã, que me traz aqui, é porque os senhores sabem da luta que nós implementamos, aqui, pela liberdade – pela liberdade –, não contra a vacinação. Pela liberdade da escolha. Em 2022, no meio da pandemia, nós conseguimos aprovar uma Lei no Estado do Paraná – que está em vigor, a 21.015, da qual fui o relator na CCJ – proibindo a obrigatoriedade do passaporte vacinal aqui no Estado do Paraná. Se não me falha a memória, somos o único estado do Brasil a ter uma lei dessa, da qual tive um protagonismo bastante grande. Por isso o meu dever de vir aqui fazer alguns questionamentos, alguma reflexão sobre esse contexto em que os pais estão sendo perseguidos pelo Ministério Público, pelos Conselheiros Tutelares, pelos Secretários de Saúde dos Municípios. Gente, se você tiver, de verdade, um pouquinho de honestidade intelectual, você vai ter que se perguntar e se responder por que é que nenhum país, do mundo continua exigindo a obrigatoriedade da vacinação? Vou repetir: nenhum país do mundo continua exigindo a vacinação de criança ou de qualquer outro cidadão, exceto o Brasil. O Brasil é o único país do mundo que continua exigindo essa barbaridade de obrigar os pais das crianças a vacinarem as crianças, o único país. Por que será? Será que o Brasil...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Permite um aparte? Apenas explique que V.Ex.^a está se referindo, especificamente, à vacina contra covid. Porque senão parece que o senhor está falando contra as vacinas, até para não dar uma má interpretação no que V.Ex.^a está falando.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Aliás, já complementando o aparte do Deputado Romanelli, que agradeço: nenhum pai, Deputado Romanelli – eu e nenhum pai – é contra as vacinas convencionais, todos nós inclusive fazemos campanha para que vão aos postos de saúde e façam a devida vacinação contra

o sarampo e contra toda... poliomielite, todas as demais vacinas que são, historicamente, comprovadas a sua eficiência, a sua eficácia e sem reações adversas que amedrontem os pais. Mas aí pergunto: se o Brasil é o único país que continua obrigando a vacinação contra covid, é o único país do mundo que está certo? Ou é o único país do mundo que está errado? Mas o Brasil não está errado, porque o Governo que aí está não comete erros, o governo que aí está faz política, faz gestão por ideologia. Faz gestão por ideologia. Não faz gestão por caridade, por sensibilidade. Não tem esse cuidado com as crianças, como eles querem vender a ideia. Mas por que é que estão, então, obrigando, se ninguém mais é nem convidado, não é? As campanhas continuam existindo, mas são muito fracas – diga-se de passagem – para as campanhas de vacinação dos adultos, porque continuam obrigando as crianças? Porque é o seguinte, dentro da cartilha de ideologia esquerdista, marxista, que esse Governo que está aí, do Lula, representa tem algumas teses, algumas táticas, que são de desestruturação das famílias, desvalorização da figura do pai na estrutura familiar, relativização da fé e dos valores cristãos para enfraquecer sua influência social. Aqui está o item que motiva essas ações no nosso Estado do Paraná e no Brasil: promoção da ideia de que a criança pertence ao Estado e não aos pais, promoção da ideia de que as crianças pertencem ao Estado e não aos pais. O que estamos vendo? O Estado mandar nas crianças, tirar a autoridade dos pais, promover a ideia – não é que está tirando, mas está promovendo a ideia. Então, não me surpreende que esse Governo promova esse tipo de ação, porque é um governo que não erra, promove ações ideológicas de desestruturação da família, de relativização da fé e de promoção da ideia de que as crianças pertencem ao Estado e não aos pais. Essa é razão.

Deputado Denian Couto (PODE): Deputado Marcio?

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Pode ser na sequência, Deputado?

Deputado Denian Couto (PODE): Pode, claro.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Essa é a razão. Agora, me surpreende muito, fico pasmo, Deputado Denian Couto, fico abismado de ver Secretários de Saúde, Conselheiros Tutelares, Promotores, sendo usados como massa de manobra desse Governo, dessa ação. Digo “massa de manobra” na melhor das hipóteses, porque sabemos que existem também, dentro dessas áreas, militantes dessas ideologias socialistas, marxistas. Eles, claro, vão cumprir a cartilha do PT, a cartilha da esquerda. Mas também reconheço que tem muita gente de boa-fé – muita gente de boa-fé –, mas que não conseguem, não tenham feito talvez essas reflexões, que estão sendo usados como massa de manobra, para a implementação de uma ideologia. Eles podem dizer assim: *Mas, deputado, estamos seguindo a lei* – estou sem ver o meu tempo de horário, já estou acabando –, *Estamos seguindo a lei*. Primeiro, não foi uma lei aprovada no Congresso Nacional, estamos sendo regidos sob as decisões de uma pessoa. Primeiro, a decisão absurda que já foi lá atrás, do Ministro Lewandowski, que hoje é Ministro do Lula e, portanto, também representa essa cartilha, que declarou a obrigatoriedade da vacinação, durante a pandemia. Agora, não é uma decisão coletiva, é a decisão de uma pessoa. A Ministra Nísia...

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSD): Mas, Deputado...

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Não tenho tempo, Deputado. Depois, o senhor pode pedir o tempo para falar, fazer uma fala que o senhor quiser. A Ministra Nísia, que, através de uma nota técnica, dá um *canetaço* – com dados tirados da época da pandemia, que já não se sustentam mais – e, com base nessa nota técnica, coloca no calendário de vacinação a obrigatoriedade da vacina e os pais estão sendo perseguidos. Ainda que fosse uma lei, já existiram muitas leis no mundo que não foram nada benéficas para a nossa sociedade. Imaginem se hoje ainda pudessem ser negociadas as pessoas, como era possível, do ponto de vista legal, na época da escravidão. Imaginem se hoje ainda fosse possível continuar com as leis, que existiram, de Nuremberg, que autorizava a perseguição dos judeus na Alemanha. Era uma lei... (É retirado o som.)

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Um minuto para concluir, Deputado.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PP): Então, o que hoje é legal, amanhã ou depois pode ser visto como um grande terrorismo, uma grande ação equivocada de uma pessoa. As repostas que precisam se buscar: por que a Organização Mundial não recomenda mais a obrigatoriedade? A Associação dos Diretores de Programa de Bioética, que recomendava antes, e não recomenda mais também. Por que a Pfizer quis esconder por 75 anos os resultados das reações adversas, das reações adversas contra as crianças? Uma decisão jurídica do Texas permitiu e hoje o Congresso Nacional dos Estados Unidos fez 500 páginas apontando os riscos das reações adversas à vacinação da covid. Então, com essas perguntas – o meu tempo já está finalizando – eu queria complementar mais o raciocínio. Mas quero pedir aos Conselheiros Tutelares que pensem, aos Promotores, *será que estou fazendo, porque de fato acredito nessa ideia ou estou sendo usado como massa de manobra dessa ação...* (É retirado o som.)

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputada Flávia, por gentileza, inscreva-me no horário da Liderança do PSD, Romanelli.

SR.^a PRESIDENTE (Deputada Flávia Francischini – União): Entendi. Próximo orador, no Horário das Lideranças: Deputado Mauro Moraes, pelo União. Quero agradecer aqui a visita do Colégio Estadual Teobaldo Leonardo Kletemberg, do bairro Sítio Cercado, que visita esta Casa de Leis hoje, sejam muito bem-vindos. Eles estão acompanhados pelo Professor Paulo Vieira. Temos também a presença do Vereador de Clevelândia, Sr. Cristiano Dlugoss, a pedido do Deputado Luiz Fernando Guerra, também muito bem-vindo.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Obrigado. Primeiramente quero cumprimentar a nossa digníssima Vice-Presidente, hoje, exercendo a função de Presidente desta Casa, Flávia Francischini; Gugu Bueno, nosso 1.^º Secretário; e estender mais aos membros da Mesa os meus cumprimentos. Meus colegas Deputados, minhas colegas Deputadas, é uma satisfação poder voltar a ocupar

esta tribuna nesta Casa, depois, de uma ausência de dois anos, como Secretário do Trabalho e Qualificação e Renda. Primeiramente, agradecer a Deus e também ao povo paranaense, por estar já exercendo o meu 11.^º mandato como político no Estado do Paraná. Aliás, acredito que seja recorde em todo este Estado. Agradecer, e é de coração que faço, Sr.^a Presidente, aos Deputados membros do meu Partido, que já no primeiro dia do meu retorno me escolheram para liderar esta Bancada. Afianço-lhes que jamais os decepcionarei, jamais mutilarei a tradição do nosso Partido, jamais aviltarei os meus ideais e jamais deixarei de corresponder à confiança de todos os membros de nossa Bancada. Contem comigo, diuturnamente, à disposição de vocês. Agradecer também ao Governador Carlos Massa Ratinho Junior, que me deu a missão, mas ao mesmo tempo também me deu condições, para transformar a Secretaria do Trabalho na maior empregabilidade do Brasil. Conseguimos fazer com que o trabalho se tornasse a maior empregabilidade no Paraná, do Brasil. Nos dois ramos, quando sempre dizemos, a Secretaria se divide em Caged, que são admissões e demissões, pelo Ministério do Trabalho e também no Sine, que são nossas agências no Estado do Paraná, nossas agências de emprego em todo o estado. No Caged o Paraná está em terceiro lugar, recebemos ontem essa notícia. Mas se considerarmos *per capita*, o Paraná sempre é o primeiro lugar, porque na proporção podemos ganhar nunca, em termos absolutos de São Paulo ou de Minas Gerais. Somente a cidade de São Paulo, a Grande São Paulo, tem mais de 22 milhões de habitantes, enquanto, o Paraná inteiro tem 14 milhões e 400 mil, portanto, quase o dobro. Então, em termos absolutos é quase impossível ganharmos de São Paulo e Minas. Mas *per capita* podem ter certeza que hoje o Paraná é o maior celeiro de empregabilidade do Brasil. Isso é um orgulho para nós, paranaense para esta Casa que nós representamos. Na questão das agências do trabalhador, aí sim, em termos absolutos, somos primeiro lugar, à frente de Minas, à frente de São Paulo também. É o estado que mais emprega em suas agências dos trabalhadores em nível de Brasil. Então, nós quando entramos lá, reformulamos todas as agências, havia um sucateamento total, compramos móveis novos para todas as agências – 220 agências no Estado do Paraná. Tem os computadores

que os Sr.^s Deputados vão entregar, juntamente com *notebook*, juntamente com impressoras, mais de 2 mil, que já estão no nosso barracão para serem entregues pela Secretaria, juntamente com os nossos Deputados desta Casa. Vão chegar também 135 veículos no próximo mês, que obviamente o Secretário deverá entregar, com a presença dos Deputados que representam aquela região, juntamente com os Vereadores e Prefeito naquela cidade. Eu gostaria muito de falar para vocês que o Paraná atingiu, pela primeira vez na História, mais de 6milhões e 300 mil trabalhadores, tendo um percentual de 3% só de pessoas desocupadas dentre aquelas que podem trabalhar. É um sucesso absoluto, porque, mundialmente reconhecido, é 6% que dizemos que é emprego total. Então, o Paraná hoje está em uma situação muito boa. E eu quero agradecer a todos aqueles que colaboraram – os nossos funcionários, os nossos diretores, de modo geral, a Casa Civil, o Estado do Paraná – dando condições para que isso acontecesse, bem demonstrado na Quaest Pesquisa, última do mês passado, que deixou e que mostrou que o emprego e renda é a área mais bem avaliada deste Governo, com 9,0. Só 10% reprovaram, na última pesquisa. A Secretaria do Trabalho, Qualificação e Renda, demonstrando que o nosso trabalho foi feito com açodamento, foi feito com garra, com arrojo, com tenacidade. Eu agradeço a todos os colegas pela colaboração. E o atendimento que nós demos aos Vereadores e Prefeitos, que vocês representavam, foi extremamente confessável, porque estamos hoje – hoje – entregando a qualificação em 311 municípios. Além de ser o estado que mais emprega, o Paraná também é o estado que mais qualifica profissionais em todo o Brasil. Nós pegamos a Secretaria com 2 mil qualificações, no ano de 2024, terminamos com 26 mil, está previsto esse ano 40 mil qualificações profissionais, através das nossas carretas de conhecimento, do Qualifica Paraná, do Bora Paraná, e todos os projetos que nós temos dessa natureza de qualificação. O nosso objetivo era chegar, e tenho certeza que aquele que vai dar continuidade vai fazer isso, em todos os municípios do Paraná com a qualificação. Então, obrigado, Governador Ratinho Junior, por ter nos dado essa oportunidade.

Deputado Reichembach (PSD): Deputado Mauro Moraes, Reichembach.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Tem o aparte.

Deputado Reichembach (PSD): Bom, quero te parabenizar pelo trabalho, foi um trabalho realmente com grandes resultados, principalmente na qualificação, que é esse gargalo, esse desafio de preparar as pessoas para o mercado de trabalho, porque oportunidade de trabalho não está faltando no Paraná, pelo contrário, é só verificar nas Agências do Trabalhador a grande procura por pessoas para serem colocadas. Essa *Carreta do Conhecimento* e todas as ações da qualificação são fundamentais, tanto é, você sabe do pedido dos municípios, as agendas não são vencidas para a *Carreta* estar presente porque as pessoas percebem o resultado concreto. E não é por menos que você tem essa caminhada política vitoriosa, que começou pela Câmara de Vereadores, sucessivos mandatos aqui na Assembleia. Então, seja bem-vindo aqui, é importante ter de volta aqui também na Assembleia uma pessoa com a tua experiência aqui nos ajudando no trabalho. Parabéns pelo trabalho à frente da Secretaria, isso ajudou a somar no grande Governo do Ratinho Junior, que está com essa histórica aprovação, com esse reconhecimento nacional, e a soma aí dessa equipe que você fez parte por esse período. Parabéns.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Obrigado, meu amigo Deputado Reichembach.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Deputado Mauro, me permite um aparte, meu irmão?

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Com certeza, um aparte ao Deputado Guerra.

Deputado Luiz Fernando Guerra (UNIÃO): Obrigado. Primeiro é uma alegria recebê-lo de volta a essa Casa, em especial liderando o nosso Partido, acredito que não teria pessoa melhor para conduzir o nosso Partido, que V. Ex.^a, pela sua experiência, pelo seu legado histórico de trabalho em prol do Paraná, quero fazer uma menção muito especial, assim como o colega Reichembach, do seu trabalho

enquanto Secretário do Trabalho do Governador Ratinho Junior, índices extremamente positivos. Geração de empregos em alta, o Estado do Paraná é um estado que além de ser um estado pujante é um estado que dá oportunidade. Então, a minha gratidão a você, meu irmão, por tudo o que fez à frente da Secretaria. Meu desejo de sucesso para o nosso colega partidário, Deputado Do Carmo, que assume a nova missão. Mas convicto de que V. Ex.^a nos conduzirá para o melhor caminho do nosso Partido União Brasil aqui dentro desta Casa. Seja muito bem-vindo e parabéns!

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Obrigado, Deputado e amigo Guerra. Tito Barrichello, com a palavra.

Deputado Tito Barichello (UNIÃO): Parabéns, Deputado Mauro Moraes, acompanhamos o seu trabalho na Secretaria do Trabalho, e sem dúvida alguma o senhor foi um dos melhores Secretários de toda a História desse Paraná, pelo muito que o senhor fez por toda a sociedade, e agora está abrilhantando o nosso Partido com sua liderança, conversando, já fez reuniões, muito... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Mauro, um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Tito Barichello (UNIÃO): ... muito obrigado pela experiência que o senhor traz para nós. E deixo aqui consignado que o meu primeiro voto foi em V.Ex.^a na época, na década de 90, e tenho certeza que foi um dos melhores votos que eu já tive na vida, eu votei no senhor para Vereador na época. Meu muito obrigado.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): Obrigado, Deputado Tito. E olha que coisa maravilhosa, agradecer a todos vocês. Nós estamos no início aí de um mandato, e eu quero dizer para vocês: que venha 2025, que seja um bom ano realmente, um ano de paz, nobilitante, fecundo, um ano decente, um ano de respeito à verdade e ao trabalho, um ano de marchas batidas na direção de dias

mais prósperos, dias mais felizes, dias que esta Casa merece, e que através de todos nós vai alcançar, eu tenho certeza absoluta. Que o Menino Deus plenifique com a sua paz... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado, para concluir.

DEPUTADO MAURO MORAES (UNIÃO): ... suas inteligências, graças e luz, que vai conduzir a todos nós ao bom caminho, caminho que vai levar ao êxito, ao sucesso, ao progresso desta Casa, mas um dia também, aquilo que todos nós almejamos, a suprema felicidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito, pelo Horário das Lideranças: Deputado Professor Lemos.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): *Pela ordem*, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem*, Deputada Flávia.

DEPUTADA FLÁVIA FRANCISCHINI (UNIÃO): Eu gostaria só de relembrar a todos aqui, hoje é o Dia da Conscientização Mundial do Autismo. Tivemos um evento ontem mais uma vez, pelo terceiro ano consecutivo, foi excelente, onde tivemos momento para realmente passar essa conscientização para toda a população, para a sociedade civil. E eu queria só deixar aqui um textinho do Doutor Paulo Liberalesso, que é um grande profissional aqui de Curitiba e que atende a toda população do Paraná. *“Hoje é o Dia Nacional da Conscientização da Mulher, que deixa sua vida de lado para cuidar de outra vida que se tornou mais importante que a sua. Não romantizem o autismo, esse é um dos transtornos neuropsiquiátricos mais graves que conhecemos, não normalizem o choro silencioso dessas famílias. Autismo não é rede social, autismo é luta todo dia, é sofrimento, é despesa alta, são vidas que passam a estar em suspensão por tempo indeterminado. Essa é a verdade da maioria das famílias, a beleza está na*

criança não no autismo. No dia de hoje humanize seu olhar". Então, é só essa mensagem realmente de conscientização e inclusão. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Com a palavra, o Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentá-los, ao tempo em que cumprimento toda a população que acompanha a nossa Sessão. E aqui quero cumprimentar todos que estão presentes, visitando a Assembleia; ao cumprimentar o professor Paulo Vieira, os estudantes do Colégio Estadual Teobaldo, que hoje já tivemos uma conversa no Plenarinho da Assembleia. Sejam todos e todas bem-vindos e bem-vindas à Assembleia. As presenças de todos vocês que estão aqui hoje são muito importantes. E também quero fazer um cumprimento a quem está a distância acompanhando a Sessão. Quero aqui, Sr. Presidente, falar da importância do Programa Nacional de Vacina no Brasil. Estivemos em Maringá na segunda-feira, representando a Assembleia Legislativa, junto com o Deputado Arilson Chiorato. Recebemos em Maringá o Ministro Padilha, médico e Ministro da Saúde do Brasil. E ele, entre outras tarefas que teve em Maringá, teve uma muito importante, foi reabrir, reinaugurar o Centro de Vacinação de Maringá, que foi fechado em 2019 pelo Governo que antecedeu o Presidente Lula. Vacinou, entre outras pessoas, o Dr. Nardi, um médico, que é o Secretário de Saúde do município, e o Prefeito Municipal de Maringá. O Prefeito foi lá receber a vacina, junto com o Secretário de Saúde, para estimular a população de Maringá a se vacinar. Então, reabrir salas de vacina, Centros de Vacina, estimular a população brasileira a se vacinar é um ato de amor, é defender a vida! Foi assim que, há muitos anos atrás, desenvolveu-se uma vacina para combater a paralisia infantil, que matou milhões de brasileiros e deixou milhões de brasileiros com sequelas graves, inclusive sequelas que até hoje prejudicam muitas pessoas no Paraná e no Brasil, que precisam de cadeira de rodas, que precisam de próteses, que precisam de muletas, e que desenvolveram uma síndrome pós-polio, que sentem dores terríveis até hoje, limitando essas pessoas de fazerem muitas coisas que gostariam de fazer. Mas as

vacinas protegem contra a febre amarela, que matou tanta gente no Brasil; contra o sarampo, que matou pessoas, matava e ainda tem lugares do mundo que mata; a coqueluche, ...

Deputado Dr. Antenor (PT): Deputado Lemos, quando puder...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT):... a gripe, são mais de 20 vacinas que o SUS oferece, que o Governo oferece à população e que protegem vidas, inclusive, Dr. Antenor, a covid. A covid-19 está matando, no ano de 2025, 13 pessoas por dia, e tem matado aqui no Paraná também! Mas não é só a morte, deixa sequelas, muitas delas gravíssimas, que impedem as pessoas inclusive de continuarem trabalhando, precisam ser aposentadas precocemente. Então, vacinar é um ato de amor, um ato de amor a si próprio e aos outros, quando as doenças são transmissíveis, como a covid-19. Então, é muito importante que digamos também, Dr. Antenor, que a obrigação de vacinar as pessoas não começou no Governo do Presidente Lula, começou muito antes, ainda no Governo Militar. E agora a covid também, a obrigação de vacinar não começou com o Governo Lula, porque a covid teve início no Governo anterior e até o Governo anterior, o Presidente da época, o Bolsonaro, se vacinou, ele e a família – pelo menos a Carteirinha do SUS dele diz que ele se vacinou. A obrigação de vacinar começou lá atrás, e essa decisão tomada pelo Tribunal de Justiça do Paraná, confirmada pelo STJ e pelo Supremo Tribunal Federal não é do Presidente da República, essa ação começou ainda no Governo anterior, de uma família de pais que se recusaram a vacinar criança aqui no Paraná, pondo em risco a vida da criança. Essa história de que a esquerda quer mandar nas crianças, isso é mentira! Assim como tem que colocar o cinto de segurança para viajarmos, o adulto, e a criança na cadeirinha. Isso é uma prática do mundo, salva vidas! Quantas pessoas que desafiam, não colocam o cinto segurança e, em um acidente, acabam morrendo ou matando suas crianças? Vacinar é proteger, é cuidar para que as pessoas possam ter vida, vida digna, vida em abundância. Doutor Antenor.

Deputado Dr. Antenor (PT): Agradeço pelo aparte. É irretocável o seu posicionamento. A mim, que sou profissional da área da saúde e que vivo isso cotidianamente, é lamentável que se usem argumentos pseudocientíficos para impor ao povo brasileiro uma loucura. Eu não imaginava isso na minha carreira! A partir do posicionamento idiota, ridículo do Ex-Presidente da República, que vai ser preso em breve, se levou a um prejuízo imenso. Podem ter certeza de que a maioria desses que estão morrendo de covid, a maioria – não dá para generalizar – são pessoas que acreditaram nessa falácia. E no mundo, podem ver, a extrema-direita prega isso, cria *fake news* e traz até nós para revivermos. Talvez o primeiro movimento de *fake news* ocorreu contra a vacina em 1904, a Revolta da Vacina, no Rio de Janeiro, em que o Oswaldo Cruz..., era a vacina contra a varíola. Deputado, se tiver um caso de varíola hoje no mundo, ele é uma pandemia. Um caso é uma epidemia. Um caso. Ela é considerada extinta. Se tiver um caso de poliomielite de novo, ele é uma pandemia, uma epidemia, uma pandemia se generaliza, as pessoas não têm mais essa defesa, por conta de que foi erradicado, graças a Deus. E temos que ouvir esses absurdos, essas besteiras de gente que não convive aqui, que lê um texto encomendado da extrema-direita do mundo e coloca como verdade para nós. Vamos resistir. Creio que aqui nesta Assembleia tem muita gente esclarecida! Não é possível que vamos engolir uma besteira desse tamanho.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Deputado, aqui no Brasil e em vários lugares do mundo o pecuarista tem a obrigação de vacinar o gado, de vacinar o gado contra a febre aftosa, por exemplo. E nós conseguimos declarar o Paraná livre da febre aftosa. Por quê? Vacinamos, foi obrigação vacinar o gado. Se até o gado nós temos que vacinar para proteger, para proteger o gado e para proteger a saúde da população no mundo, como é que vamos ficar pregando que não se deve vacinar? Vacinar é um ato de amor, é em defesa da vida. Quem prega contra a vacina está pregando contra a vida.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Próximo orador inscrito pelo Horário das Lideranças: Deputado Luiz Claudio Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, Sr.^s Deputados, vou voltar a esta tribuna para discutir um tema que foi discutido pelo Deputado Pacheco e pelo Professor Lemos, que trata da questão da vacina. Olha, minha gente, primeiro é o seguinte: no Brasil, quando se instituiu uma lei que tornou obrigatório o uso do cinto de segurança, muita gente reagiu: “*Não vou ficar preso dentro do carro. Morrerei se eu ficar sufocado.*” E nós sabemos que o cinto de segurança é um grande salva-vidas, ele é obrigatório, e quem não usa o cinto de segurança é sancionado do ponto de vista de uma multa pelo não uso desse instrumento de segurança obrigatório. Da mesma forma o capacete para o motociclista: no Brasil, se andava de motocicleta sem capacete. Por que se tornou obrigatório o uso de capacete? Porque, Doutor Antenor, os prontos-socorros, enfim, o atendimento aos traumas, as lesões causadas no cérebro eram muito graves, aí se utiliza o capacete como uma forma de reduzir o problema, pelo menos em uma parte sensível do corpo humano. Eu dou esses dois exemplos na área da segurança porque acho que temos que tentar separar conceitualmente, Deputado Pacheco, e V.Ex.^a começou a abordar isso, o que é obrigatório e o que é compulsório. No Brasil, por exemplo, estava vendo aqui quais são as vacinas obrigatórias para as crianças hoje, que estão no Programa Nacional de Imunizações. São as seguintes: BCG, que é contra a tuberculose; Hepatite B contra a Hepatite; dTpa, que é contra difteria, tétano, coqueluche e contra infecções; poliomielite; pneumocócica 10, que é para as infecções de pulmão; rotavírus; meningocócica; tríplice viral; febre amarela; hepatite A. Essas são as vacinas obrigatórias. Além dessas, foi incluída também a vacina da covid, que é o objeto da controvérsia. Agora, veja, obrigatoriedade não significa compulsoriedade. Eu entendo, por exemplo, que deveria ter, sim, uma forte recomendação para utilização da vacina da covid para as crianças por recomendação médica, mas a decisão, em última análise, cabe aos responsáveis legais, aos pais. As demais vacinas não há controvérsia sobre elas. Uma coisa eu entendo assim, e todos sabem, junto com o Deputado Tercilio e com esta Casa, fizemos a primeira Lei Estadual que obrigou o uso de máscaras, na pandemia, e que temos a convicção que salvamos muitas vidas utilizando as máscaras, como

também votamos leis importantes aqui porque vivíamos uma emergência em saúde, fruto de uma pandemia de um vírus que era absolutamente desconhecido – conhecido pela ciência, mas desconhecido pela grande parcela da população –, e os efeitos devastadores, tanto que 700 mil brasileiros perderam a vida por causa da covid.

Deputado Denian Couto (PODE): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Já na sequência. Eu mesmo fiquei 11 dias internado em um hospital, e sei o quanto que foi difícil ficar sem conseguir respirar oxigênio, a dificuldade para respirar com o pulmão que estava contaminado. Graças a Deus, Deus me permitiu seguir na caminhada. Eu digo assim. Temos que tentar de fato, de um lado, acho que isso até falei para o Deputado Pacheco, separar a questão da vacina da covid, que há uma controvérsia. As demais vacinas são necessárias, obrigatórias, são fundamentais, são comprovadamente importantes para saúde pública das nossas crianças. E a vacina da covid, no caso das crianças, tem muitos países que recuaram da obrigatoriedade, alguns ainda fazem fortes campanhas, recomendações, e a ciência, na minha avaliação, a ciência tem que decidir. Agora, no Brasil, quem decidiu que a vacina da covid tem que ser dada em crianças? Foi o Superior Tribunal de Justiça, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente. Tem uma decisão judicial, Deputado Denian Couto, que, aliás, concedo o aparte.

Deputado Denian Couto (PODE): Deputado Romanelli, me parece que esse debate está torto, porque trago um dado aqui que acho fundamental. Se qualquer um de nós nesta Assembleia Legislativa nos dirigirmos a um posto de saúde, hoje, para tomar a vacina da covid, a resposta será: “*Lamento, não tem vacina.*” Hoje, na maior parte dos postos de Curitiba, da Região Metropolitana e do interior não tem vacina para Covid, porque o Governo Federal não comprou o suficiente. Acabei de falar agora com o Vice-Prefeito de Lobato, o Kasu, que nos visita nesta manhã. Antes do aparte, perguntei ao Vice-Prefeito: “*E Lobato tem vacina, se alguém quiser tomar?*” A resposta foi: “*Não.*” Estamos discutindo aqui um assunto,

Deputado Marcio, em que há ausência de vacina para adultos. Não tem vacina! Se fosse em outro período, o grito era: “*Genocida! Cadê a vacina?*” Está aqui um Deputado que tomou vacina e se hoje quiser reforçar a dose não tem. Quando é que vamos jogar foco naquilo que é verdade? A inércia da Ex-Ministra Nísia. Bancada do PT, erguer a voz para dizer que temos que vacinar, temos que vacinar, concordo, está aqui um Deputado vacinado, mas vamos tirar a máscara do tema. Hoje não tem vacina para covid! Não tem em Curitiba, não tem na Região Metropolitana, não tem no interior do Estado, não tem no Brasil. Até quando vamos desviar o foco do que é o essencial? Podemos aqui discutir: devemos ou não devemos vacinar crianças? Concordo. Agora, antes de tudo, precisa ter vacina para que possamos debater se será ou não será feita a imunização. Agradeço o aparte e peço perdão por ter me alongado.

Deputado Doutor Antenor (PT): Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputado, V.Ex.^a contribui. O que eu quero...

Deputado Doutor Antenor (PT): Deputado!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Na sequência lhe dou a palavra, Doutor Antenor. O que quero dizer é o seguinte, Deputado Denian. Penso assim o seguinte: creio eu que só não tomou vacina contra a covid, depois de 2020, quando a vacina efetivamente foi disponibilizada em 2021, o adulto que não cumpriu o calendário. Eu tomei cinco vacinas de acordo com o que foi recomendado pela saúde pública. Tomei as cinco vacinas de forma absolutamente regular. Aliás, tive covid depois de ter tomado duas doses da vacina e tenho certeza de que quem me salvou a vida foi a vacina, e os médicos também, diga-se de passagem. O fato concreto é o seguinte: sobre a questão de fornecimento de vacinas, o que eu soube, o que eu li nos jornais, é que de fato houve a perda de mais de R\$ 1 bilhão pela não utilização de vacinas. E penso que há um problema objetivo que é o seguinte...

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Deputado Romanelli, um aparte depois.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Na sequência. Nas campanhas sistematicamente feitas contra a vacina. Acho que esse é um problema que temos. Eu concedo ao Deputado Antenor e, depois, à Deputada Márcia Huçulak...

Deputado Marcio Pacheco (PP): E se sobrar tempo depois para mim também, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Muito rapidamente, para que todos possam falar.

Deputado Doutor Antenor (PT): Obrigado pelo aparte. A cartilha que foi colocada aqui é a cartilha do sofisma. Há de lembrar o senhor, o senhor teve acesso a isso, que eles comprovavam que uma tartaruga era mais rápida que um coelho. Se o argumento é de que o Supremo obriga e está se questionando o Supremo, aí vem o argumento para tentar destruir a visão do Supremo e diz que o Governo não fornece – o que não é verdade. Mais um sofisma, mais uma mentira, para argumentar o absurdo dos absurdos. Nós, Deputados, que representamos o povo do Paraná, pedagogicamente vamos ensinar que vacina faz mal. Pelo amor de Deus, pelo amor de Deus, sofisma, mentira!

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Deputada Márcia Huçulak, a senhora pode dizer se Curitiba tem ou não tem vacina da covid, por favor.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): Em todas as unidades, Sr. Líder Romanelli. Queria só fazer um comentário. Infelizmente, este País colocou a ideologia em uma questão que é da ciência e negou a ciência. Todo mundo sabe que negou a ciência. O país podia ter tido, pelo menos, 1/3 a menos de morte por covid se não tivessem colocado ideologia na ciência. Quando falamos de vacina temos uma História no nosso país de 50... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Romanelli.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): ... Cinquenta anos de vacinação. Não falta vacina em todas as 109 unidades de Curitiba. Pode chegar, tem vacina para covid. Tem vacina. Denian, tem vacina em Curitiba.

Deputado Denian Couto (PODE): Eu recebo relatos de pessoas que me procuram a todo tempo. Curitiba falta; Pinhais falta. Em Lobato, Deputada, converse com o Vice-Prefeito aqui.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): O senhor está falando de Lobato, estou falando de Curitiba. Tem vacina, Deputado. Em Curitiba, nas 109 unidades, tem vacina. Outra coisa que quero dizer ao Deputado Pacheco, mas segunda vou à tribuna trazer os dados. É mentira, é *fake news* que não é mandatório fazer vacina no mundo todo. A União Europeia faz solicitação a todos os países da Europa e posso citar vários países em que é mandatório.

Deputado Marcio Pacheco (PP): Retomaremos o debate na segunda-feira, Deputada.

Deputada Márcia Huçulak (PSD): E estamos tendo dito pelo Deputado Beto Preto, aumento de mortes no Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado Romanelli.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, olha, quero dizer o seguinte, acho que segunda-feira podemos continuar esse tema aqui, porque... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Excelência, permita-me só concluir o raciocínio. De fato, as informações que tenho é que muitos países da União Europeia ainda tornam obrigatório a vacinação contra covid em crianças. O Deputado Pacheco sustenta que uma matéria da Gazeta do Povo diz que não,

mas acho que é tema que temos que aprofundar e discutir mesmo. E Deputada Márcia, ... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): ... Vossa Excelência que foi uma valorosa Secretária da Saúde, que enfrentou os obscurantistas, os negacionistas e V.Ex.^a merece estar onde está e, cá entre nós, nós todos curitibanos e paranaenses devemos muito a sua determinação, sua força... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, também vou me reportar ao tema, só que na segunda-feira, porque eu tenho um assunto muito grave, mas muito grave para tratar aqui agora. Sou do tempo, Deputada Márcia, daquelas pistolas ainda que ficava a marca no braço. Os mais antigos, como eu, devem lembrar da vacina de pistola. Certa feita, em União da Vitória, no Colégio Estadual José de Anchieta, na Praça Coronel Amazonas, eu saí correndo dos vacinadores, levaram dois dias para me vacinar. Mas vou dar minha opinião segunda-feira, porque, agora há pouco, senhores e senhoras, agora há pouco aconteceu uma tragédia na cidade divisa de União da Vitória com Paula Freitas, minha terra. Na estrada onde eu passo toda semana – não tenho avião, não tenho helicóptero, ando de carro, como vocês também andam – quatro mortes, funcionários terceirizados da Copel se deslocando de uma cidade para outra, em um acidente que envolveu três caminhões, lamentavelmente, próximo ao Posto Dragão. Tivemos essas quatro mortes e mais quatro feridos que estão em estado grave. Três caminhões estavam envolvidos no acidente. Não quero aqui ser chato, não quero ser repetitivo, não quero aqui ficar, todos sabem eu já contei aqui desta tribuna, já falei aqui, me reportei pedindo aos colegas da Bancada do PT que, prontamente disponibilizaram, e refaço o meu pedido aqui hoje, mas do fundo do coração, para que possam tentar agilizar um contato com Brasília, porque o Estado do Paraná

está disposto a assumir a rodovia e fazer em concreto armado. Então, estou refazendo o pedido aqui para vocês. Fiz só na semana passada, fui muito rápido, mas refaço o pedido aqui...

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Um aparte, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): ... em nome de toda população do Sul do Paraná, peço para vocês o quanto antes puderem. Temos uma Ministra lá que tem um grande carinho e respeito pelo Paraná, que é a Ministra Gleisi. Pois não, Deputado.

Deputado Professor Lemos (PT): Quero cumprimentar V.Ex.^a, mais uma vez, ao trazer esse tema ao Plenário desta Casa. Dizer que, da nossa parte, tem acordo, tem apoio. Vamos trabalhar juntos para mudarmos a realidade daquela rodovia.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado.

Deputado Professor Lemos (PT): É rodovia da morte. Tenho passado por lá. Dá arrepio. E encontramos muitos veículos danificados. Chega de morte nessa rodovia! Vamos juntos buscar a solução em Brasília com V.Ex.^a.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado, Deputado e toda Bancada aqui. Queria fazer um apelo para V.Ex.^{as}, se pudéssemos ir na semana que vem. Deputado Arilson, Presidente do PT, queria pedir de coração, será que não conseguimos agilizar, estou com medo de mais mortes acontecer, mais tragédias virem a acontecer. Só estando lá e vendo aquela rodovia vocês vão entender a minha agonia.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O senhor me dá um aparte, Deputado? Estamos consultando aqui, acabei de mandar uma mensagem para a Ministra Gleisi, vamos fazer uma agenda semana que vem ou na próxima para tratar do tema em Brasília, junto com a Bancada do PT aqui, o Deputado Romanelli também está falando do tema aqui, da importância que é. Vamos juntos construir uma solução.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Agradeço. Fico feliz de saber ou é semana que vem ou é na outra semana vamos ser recebidos pela Ministra Gleisi. Muito obrigado pelo apoio, Deputado Romanelli. Acho que é isso, temos que dar as mãos às causas do Paraná. Chega de mortes!

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela Liderança da Oposição: Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Relatório americano sobre os malefícios da vacina contra a covid não existe. Documento de combate às *fake news* emitido pelo Ministério da Saúde: “*Não há registro ou documento de qualquer órgão oficial dos Estados Unidos que indique que a vacina do covid vá contra os princípios científicos*”. Esse boato surgiu, pois vários usuários das redes sociais compartilharam vídeos no qual um comentarista de TV fala sobre um relatório produzido em uma CPI – suposta CPI da covid-19 – realizada nos Estados Unidos, que contém segredos sobre a vacina e a pandemia. Segundo os usuários, que compartilham desinformação, o documento afirma que o imunizante contraria princípios científicos. Essa informação é falsa. Documento ainda emitido por entidades nacionais renomadas da ciência pública, a CDC, a OMS e o Ministério da Saúde e outras instituições da saúde reiteram que as vacinas contra a covid foram desenvolvidas com base em protocolos científicos rigorosos e passam por todas as etapas necessárias de testes antes de serem aprovadas. As vacinas contra a doença são a principal ferramenta para conter a disseminação do vírus, reduzir casos graves e mortes. Estudos amplamente revisados mostram que os imunizantes são seguros, eficazes, fundamentais para o controle da pandemia em todo mundo. Milhões de vidas foram salvas graças à vacina. Outra *fakenews*: “*É falsa a informação de que o Brasil é o único país que vacina crianças contra a covid-19*” Documento do Ministério da Saúde, do dia 26 de janeiro de 2024. Os produtores de desinformação tentam, mas não conseguem encobrir os fatos. Não há dúvidas que o avanço da vacinação contra a covid foi determinante para redução do número de casos graves, hospitalizações e mortes. Agora a nova *fake news* que circula em grupos de aplicativos de mensagens em redes sociais é que

o Brasil é o único país do mundo a vacinar contra covid. A narrativa é falsa para desencorajar as famílias a vacinar contra a enfermidade, alegando que os efeitos colaterais são fatais. Aqui é um esboço de como funciona, mas vou me ater, Deputada Márcia Huçulak, primeiro, parabenizar V.Ex.^a pelo trabalho como profissional de saúde, como mulher e como autoridade sanitária para desmentir algumas coisas que estão sendo colocadas aqui. A principal delas, que não existe vacina na rede pública. É desesperador ouvir um fato desse narrado sem qualquer responsabilidade pela fala. Claro, tem imunidade parlamentar, mas é absurdo o que está sendo feito aqui. Mas vou voltar ao texto “*Quais países já vacinaram as crianças contra covid-19 no mundo? Além do Brasil diversos outros países vacinaram crianças e adolescentes contra a covid-19. Os Estados Unidos, por exemplo, no final de 2021, já tinha aplicado vacina em mais de 5 milhões de crianças, sob orientação do Centro de Controle e Prevenção de Doenças. O país foi o primeiro do mundo a vacinar bebês a partir dos seis meses e, atualmente, a vacina contra a doença foi introduzida no calendário infantil. Nos Estados Unidos, até a data de 11 de maio de 2023, um total de 2 milhões 205 mil 310 crianças, entre seis meses e cinco anos, receberam ao menos uma dose da vacina para covid. O Canadá, a Alemanha, a Irlanda e a Grécia são os países que iniciaram a proteção de crianças contra a doença a partir da faixa etária de seis meses de idade. Enquanto os países como Espanha e Reino Unido optam pela vacinação a partir da faixa etária de seis meses de idade, se houver alguma comorbidade (imunossupressão, doenças cardíacas, diabete, deficiências neurocognitivas). Na Europa, países como Áustria, Bélgica, Estônia, França, Holanda, Itália, Noruega, entre outros, aprovam ou aplicaram, ainda no auge da pandemia, imunizantes para a faixa etária de cinco a 11 anos. Hoje a União Europeia recomenda a vacinação de crianças a partir dos seis meses de idade.*” Ou seja: vacina salva vida, vacina cientificamente comprovada, segura. Países que têm desenvolvimento completo no seu ciclo de saúde, que são países de um grande grau de desenvolvimento econômico e social vacinam. O Brasil vacina. Mas, quem que não vacina? Aqueles que, de fato, politicaram o tema. Vi o Deputado Marcio, que é meu colega aqui, falar que é um debate ideologizado. Olha, conceito de

ideologia, Deputado Marcio, é um conjunto de trabalhos e ações para levar a um ideal. Isso é conceito de ideologia. Não tem como debater política se não está coberto por uma ideologia ou outra, ou por fragmento de alguma ideologia. A questão da vacina é uma questão de lógica científica, é uma questão de saúde pública, não é como V.Ex.^a coloca aqui de um governo socialista, marxista. Ficam bem os termos, não é? Dá um bom *reel*s para a rede social para bombar na internet, mas esse tema não tem a ver. Esses países que citei, nenhum deles, quase, são do espectro progressista de esquerda. A vacina não é de esquerda ou de direita, a vacina é um direito à vida das pessoas. Por isso que todos esses países, independente do campo político, orientam a vacinação. Agora, vemos aqui um debate... Depois eu cedo o espaço. Agora, temos aqui um debate politizado, por quem? Por bolsonaristas. Pessoas que defenderam Bolsonaro, votaram no Bolsonaro e trazem esse tema em um momento em que o Brasil inicia uma campanha de vacinação. Nesse momento foi lançado, Deputada Luciana, campanha de vacinação da gripe, essa semana, Deputada Márcia, da dengue. E aí reabre o tema de vacinação para quê? Para diminuir a vontade das pessoas se vacinarem, para espalhar medo. É uma forma de abordagem perigosa, nociva à saúde pública e não podemos permitir isso. Não estamos falando aqui de fatos que não existiram. São documentos científicos comprovando a vacinação, são países renomados vacinando. Tem vacina no posto de saúde. O Deputado está falando aqui que não tem na cidade de Lobato, que o Vice-Prefeito está aqui, tem que checar o que aconteceu na cidade. Outras cidades têm. Acabei de confirmar: Apucarana tem vacina. Então tem que ver o que está acontecendo no município e não sair falando que não tem vacina. É uma falta de informação, é uma falta de coerência aqui no nosso papel. Deputada Luciana.

Deputada Luciana Rafagnin (PT): Obrigada, Deputado, quero agradecer pelo aparte e só parabenizar V.Ex.^a pelo pronunciamento e realmente reforçar, aqui, que a vacina, com toda certeza, é a forma mais eficaz de controlar e prevenir as doenças. Sabemos disso e temos todo o histórico do que já foi, no país, a própria questão do sarampo, da rubéola, da poliomielite. É importante e é o maior gesto de amor é a vacina que um pai ou que os pais podem ter com os filhos. É

importante reforçar, também que, quando veio a vacina da covid, a vacina mudou o curso da pandemia. Tivemos no País, tivemos no Brasil em um dia mais de três mil mortes e hoje entendemos que está sob controle por causa da vacina. Então, é importante reconhecer isso: não podemos trabalhar no negacionismo. Parabéns por V.Ex.^a e que possamos trabalhar, cada vez mais, a consciência das pessoas de que a vacina salva vidas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pois não, Deputado Renato. Obrigado Deputada Luciana.

Deputado Renato Freitas (PT): É importantíssimo observar que o Brasil tem 2,7% da população mundial, entretanto, fomos 10% das vítimas de covid no mundo! Sendo o país, proporcionalmente, onde mais se morreu de covid, junto com os Estados Unidos, por conta de uma política de propagação da ignorância a fim de ideologizar o debate para que houvesse um proveito político com isso. Qual proveito político? Aqueles que, por inércia... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Um minuto para V.Ex.^a concluir.

Deputado Renato Freitas (PT): ... por incompetência, não conseguiram gerir o Estado numa crise desse tamanho, conseguiram colocar os seus próprios erros e sujeiras embaixo do tapete a partir dessa cortina de fumaça da ideologização e da ignorância. Parabéns, Deputado Arilson, pela fala.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Quero terminar com uma frase bem simples: vacinas salvam vidas, o negacionismo mata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Amaro (REP), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Cristina Silvestri (PSDB), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Doutor Leonidas (CDN), Doutor Antenor (PT), Evandro Araújo (PSD), Flavia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Jairo Tamura (PL) Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Claudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Mauro Moraes (UNIÃO), Maria Victória (PP), Marcio Pacheco (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes da TV (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Richembach (PSD), Samuel Dantas (SD), Soldado Adriano José (PP), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (47 Parlamentares); Deputados ausentes com justificativa: Requião Filho (PT) (Req. 0487 - Art. 97, § 3º, IV do Regimento Interno) (1 Parlamentares); Deputados ausentes sem justificativa: Delegado Jacovós (PL), Fabio Oliveira (PODE), Marcelo Rangel (PSD), Matheus Vermelho (UNIÃO), Moacyr Fadel (PSD), Ricardo Arruda (PL), (6 Parlamentares).]

Projetos regulamente protocolados pelos Senhores Deputados.

Projeto de Lei: (Com apoioamento e encaminhado à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 183/2025**, do Deputado Alexandre Curi, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Artur José Schmitt; **Autuado sob o n.º 184/2025**, do Deputado Batatinha, que concede o título de Capital Estadual da Cultura Germânica ao Município de Marechal Cândido Rondon; **Autuado sob o n.º 185/2025**, do Deputado Jairo Tamura, que concede o título de utilidade pública à Associação

Norte Paranaense dos Engenheiros Ambientais – ANPEA, com sede no município de Londrina; **Autuado sob o n.^o 186/2025**, do Deputado Batatinha, que concede o título de utilidade pública à Associação Amor e Verdade Estrela da Paz, com sede no município de Curitiba.

Passamos aos Itens da pauta.

Temos quatro Redações Finais.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 104/2024, autoria do Deputado Ricardo Arruda, que institui o Dia Estadual de Conscientização sobre a Síndrome de Angelman, a ser celebrado anualmente no dia 15 de fevereiro.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 732/2024, autoria do Deputado Evandro Araújo, que concede o título de utilidade pública à Associação de Mães, Pais e Amigos de Pessoas com Autismo de Paiçandu, com sede no município de Paiçandu.

ITEM 3 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 64/2025, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.^o 7/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência dos trechos rodoviários que especifica ao município de Boa Vista da Aparecida.

ITEM 4 – Redação Final do Projeto de Lei n.^o 87/2025, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.^o 8/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Contenda.

Não foram apresentadas Emendas de Redação. **Está dispensada a votação.**

ITEM 5 – 2.^º Turno do Projeto de Lei Complementar n.^o 1/2025, de autoria do Poder Executivo, mensagem n.^o 11/2025, em regime de urgência, que institui o Fundo Estadual para Custeios de Estudos e Projetos de Serviços Públicos Delegados, altera as leis que especifica e dá outras providências. Pareceres

favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Vamos votar o Projeto, ressalvada a emenda. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhores Deputados e Deputadas que compõem a nossa Base, peço atenção. Trata-se de um Projeto de Lei Complementar, precisamos ter, no mínimo 28 votos favoráveis. O voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”. Repetindo: Oposição, voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Questão de ordem, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Pela ordem, Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Só gostaria de reafirmar o convite para todos os membros da Comissão da Agricultura que, após esta Sessão Plenária, nos reuniremos na Sala Caíto Quintana, para votar importantes Projetos. Obrigado e conto com a presença de todos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (33 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); Não

Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (14 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Soldado Adriano quer registrar o voto.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Está aprovado o Projeto. Devidamente registrado o voto do Deputado Soldado Adriano. Em discussão a emenda de Plenário. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota favorável à Emenda do Deputado Renato Freitas, que exclui o superávit financeiro das taxas de regulação da Agepar do valor que será destinado ao Fundo Estadual, anualmente. Voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Respeitosamente, peço aos nossos Deputados e Deputadas que compõem a base que o voto é “não”. E “não” é “não”, porque, caso aplicado na prática, vai inviabilizar a constituição desse fundo. Porque a fonte de receita da Agepar é, justamente, a taxa de regulação, a exclusão das receitas geradas pela taxa tornaria nulo. Portanto, o voto é “não”, respeitosamente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É “não”. É “não”, pessoal, pelo amor de Deus.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, enquanto os nossos Parlamentares votam, quero registrar a presença do nosso Vice-Prefeito de Peabiru, Sr. Jarrão. Seja bem-vindo a nossa Casa, Jarrão.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, enquanto ocorre o processo de votação, só para confirmar, consultei aqui no meu grupo de prefeitos, que estão vinculados ao nosso mandato. Já tenho três respostas de três municípios, Bela Vista, Açaí e Quarto Centenário. Nos três municípios, tem vacina contra a covid.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação.

DEPUTADO ADEMAR TRAIANO (PSD): Senhor Presidente, o meu voto é “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (6 Deputados); **Votaram Não:** Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (33 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho e Ricardo Arruda (15 Deputados).] Com 6 votos favoráveis e 33 votos contrários, **está rejeitada a emenda. Devidamente registrado o voto do Deputado Traiano, contrário.**

ITEM 6 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 89/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 10/2025, em regime de urgência, que altera as Leis n.º 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas, e n.º 19.811, de 5 de fevereiro de 2019, que cria o Programa Parcerias do Paraná, e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação. Vamos votar o Projeto, ressalvada a emenda. Em

discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos voto “sim” a esse importante projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito, permitam-me com todo o respeito, a todos os colegas, o voto é “sim”.

DEPUTADA CLOARA PINHEIRO (PSD): Senhor Presidente, gostaria de anunciar a presença de Annie Xandú, Vereadora e Procuradora da Mulher, de Doutor Camargo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Colegas que ainda não votaram, peço a gentileza, o Projeto é importante e o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Mabel, Luís Corti, Jairo Tamura, Ana Júlia, Alisson, Bazana, Professor Lemos, WilmarReichembach?

DEPUTADO REICHEMBACH (PSD): Voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (33

Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fábio Oliveira, Gilson de Souza, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Reichembach, Requião Filho e Ricardo Arruda (14 Deputados).] Com 33 votos favoráveis e 7 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 89/2025.

Há um Requerimento (**Protocolado sob o n.º 575/2025**) do Deputado Arilson de votação das emendas uma a uma. Em votação o Requerimento. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, pode existir algum acordo de votar de maneira informal ou tem que ser no painel? Não sei se o Deputado aceita.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O Plenário é soberano.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom, mas não muda nada, vamos lá. Obrigado pela compreensão. O acordo de votar informalmente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Os Deputados que forem favoráveis ao Requerimento permaneçam como estão, os contrários que se manifestem.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Respeitosamente, entendemos que temos que ser contrários, porque foge do nosso sistema. Então, peço a cada um que compõe a base, somos contrários.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Mas já foi aprovado, não foi, Presidente? Já foi aprovado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi - PSD): O Requerimento está em votação, Deputado Arilson.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Não. Ele está em votação ainda.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Vamos votar no painel.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REP): Para economia processual de contagem, vamos votar no painel.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Arilson, vamos votar no painel. Como encaminham a Liderança do Governo e a Liderança da Oposição?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, respeitosamente, respeito muito o Deputado Arilson, mas entendemos que neste momento é importante votarmos “não” ao requerimento. “Não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim” ao requerimento.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O que deu aí, invasão?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Os nossos alunos visitando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Está bom. Colegas que ainda não votaram, peço o voto “não”. Tem Deputado e Deputada que ainda não votou. Peço o voto “não”, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Luís Corti, Mabel, Gilson? Encerrada a votação: **[Votaram Sim: Ana Julia, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (7 Deputados); Votaram Não: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito**

Barichello, Denian Couto, do Carmo, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcia Huçulak, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (34 Deputados);

Não Votaram: Alexandre Curi, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Luis Corti, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).] Com 7 votos favoráveis e 34 votos contrários, está rejeitado o requerimento. (O Sr. Presidente, Deputado Alexandre Curi, registra em Ata o voto contrário do Deputado Luís Corti.)

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, voto do Deputado Luís Corti, voto com a base.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Devidamente registrado o voto do Deputado Luís Corti, contrário ao Requerimento. O Projeto recebeu três emendas de Plenário. A Emenda n.º 3 foi retirada pelo autor. (**Requerimento n.º 576/2025**, do Deputado Evandro Araújo, requerendo a retirada da emenda de plenário protocolada sob o n.º 3, apresentada ao Projeto de Lei n.º 89/2025.) Em discussão as emendas de Plenário n.os 1 e 2. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, os Deputados e Deputadas aqui são testemunhas do esforço que a Liderança do Governo sempre faz na tentativa de construir. Tivemos algumas emendas da Deputada Ana Júlia e da Deputada Luciana, em alguns projetos e do Deputado Renato. Fazemos de tudo, vamos na Casa Civil, tentamos construir. Por que na Casa Civil? Por que se vem vetado de lá é ruim. Nesse caso, aqui, peço escusas, respeitosamente, porque não foi possível construir. Então, em não sendo possível construir, o nosso voto é “não”. O nosso voto é “não” às emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Para quem ainda não votou, o voto é “não” nas emendas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam os Deputados Marcio Pacheco, Marli Paulino, Professor Lemos?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O pessoal que não votou ainda é “não”. Deputado Gugu, Deputado Tito, me ajudem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputados Do Carmo, Gilson, Professor Lemos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É “não”. Deputado Do Carmo, é “não”.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Dr. Antenor, Goura, Luciana Rafagnin, Luiz Fernando Guerra, Professor Lemos, Renato Freitas e Samuel Dantas (10 Deputados); **Votaram Não:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (31 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre Curi, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho e Ricardo Arruda (13 Deputados).]

Com 10 votos favoráveis e 31 votos contrários, **estão rejeitadas as emendas.**

Os Itens 7 e 8 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias similares.

ITEM 7 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 131/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao município de Salgado Filho. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

ITEM 8 – 2.º Turno do Projeto de Lei n.º 132/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 17/2025, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a desafetação e a transferência do trecho rodoviário que especifica ao Município de Sengés. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicação.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Aqui o voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Voto “sim” da Oposição.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “sim”, colegas que ainda não votaram, inclusive eu.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Encerrada a votação:
[Votaram Sim: Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Goura, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (37 Deputados); Não Votaram: Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do

Carmo, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Reichembach, Requião Filho e Ricardo Arruda (17 Deputados).] Com 37 votos favoráveis e nenhum voto contrário, estão aprovados os Projetos.

ITEM 9 – 2.º Turno do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025, de autoria da Comissão Executiva, que homologa o Decreto do Poder Executivo n.º 9.086, que altera o Regulamento do Imposto sobre Operações Relativo à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos lá pessoal, “sim”. O pessoal que não votou ainda...

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como vota o Deputado Batatinha, a Deputada Cloara, a Deputada Flávia, o Deputado Gilson, o Deputado Gugu Bueno? Encerrada a votação: **[Votaram Sim:** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (39 Deputados); **Não Votaram:** Alexandre

Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho e Ricardo Arruda (15 Deputados).] Com 39 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025.

ITEM 10 – 1.º Turno do Projeto de Lei n.º 159/2025, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 21/2025, em regime de urgência, que institui o Programa Social de Formação, Qualificação e Habilitação Profissional de Condutores de Veículos Automotores – CNH Social. Pareceres favoráveis ad CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Direitos Humanos e Cidadania. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, a Oposição vai encaminhar voto favorável ao Projeto, vamos colocar aqui algumas ponderações que precisam ser feitas. Vamos apresentar emendas para corrigir o Projeto do ponto de vista orçamentário e para garantir que, aos poucos recursos que são destinados atualmente, sejam aumentados para cobrir um número maior de paranaenses. Atualmente, com a destinação de R\$ 2 milhões para 2025 e apenas R\$ 2 milhões e 800 mil para 2026 e 2027, se considerarmos que uma Carteira custa em média R\$ 2.430 para se tirar – uma CNH atualmente – serão beneficiadas apenas 830 pessoas no Estado do Paraná. O Detran tem um volume de recursos muito maior para se aportar a esse Programa. O Programa é muito bom, é inegável, não tem como dizer que o Projeto não é bom, ele é ótimo, só que nós vamos fazer 800 carteiras, vai ficar mais cara a propaganda do Governo na televisão, que está fazendo a CNH, do que efetivamente vai ajudar as pessoas. Então, vamos propor uma emenda para aumentar a destinação para atender mais gente. Só o CadÚnico, que deve um dos pilares para se analisar esse Projeto no Paraná, ele

chega a um milhão de pessoas. Supomos que hoje não tenhamos 30% dessas com CNH, nós estamos falando de 300 mil. Então, é um ótimo Projeto, parabéns ao Governo do Estado, o Projeto é bom, mas a Oposição quer atender mais gente. Voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, quando era menino ainda o meu pai já ensinava que tudo na vida tem um começo, você não vai começar de cima, você trilhando, vai construindo, vai avaliando se esse Projeto pode se sustentar. Mas não podemos perder de vista o escopo desse Projeto, o interesse social desse Projeto, um Projeto inédito, que vai atender às pessoas mais humildes para acessar a tão sonhada primeira carteira, atendendo a diversos segmentos da sociedade. Mas é óbvio, claro que se der para atender mais, ótimo, vamos fazer de tudo. A única coisa, Deputado Arilson, que eu pensei até fazermos, mas que preocupa, é a questão da legalidade. Nós temos uma preocupação no nosso jurídico, e eu respeito a de vocês, de que nós não podemos aumentar a despesa do Executivo aqui. Então, eu vou, levo o compromisso aqui de conversar com a Casa Civil, vou conversar com o Governador para que possamos tentar melhorar o valor desse Projeto, que é fantástico. Esse compromisso o senhor leve de mim, vou correr atrás, vou fazer o que for possível, porque realmente – e agradeço o voto favorável que vocês estão colocando hoje – a Oposição, porque demonstra de que uma coisa sim, o Projeto é fantástico. Agora, nós precisamos melhorar se for possível, ou agora ou o ano que vem, a questão dos recursos.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Esse vai ser unanimidade, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Esta Presidência comunica a solicitação de licença do mandato de Deputado Estadual,

para assunção do cargo de Secretário de Estado do Trabalho, Qualificação e Renda do Paraná, do Deputado Estadual Do Carmo.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Senhor Presidente, *pela ordem.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): *Pela ordem,* Deputado Guerra.

DEPUTADO LUIZ FERNANDO GUERRA (UNIÃO): Apenas comunicando nesta manhã a presença do Vereador Doca do município de Manguerinha, o Ex-Prefeito Guimo, e o nosso Augusto Diavão.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal que não votou, Deputado Tito, é muito importante, eu quero que o senhor marque o seu nome na História como quem ajudou a aprovar. Quem não votou ainda, Deputado Do Carmo, não sei se está por aí, Deputado Marcio Pacheco, os Deputados que aprovaram esse Projeto, que ajudaram, estão ajudando, vamos deixar nosso nome marcado na história desse Projeto tão importante.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Como votam o Deputado Marcio Pacheco, o Deputado Renato Freitas? Encerrada a votação: ***Votaram Sim:*** Ademar Luiz Traiano, Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (38 Deputados); ***Não Votaram:*** Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato

Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (16 Deputados).] Com 38 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 159/2025.

ITEM 11 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 519/2024, de autoria do Deputado Goura e da Deputada Ana Júlia, que concede o título de Cidadã Honorária do Estado do Paraná à Senhora Anete Giordani. Parecer favorável da CCJ. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO GOURA (PDT): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Muito obrigado. Prezados Deputados e Deputadas, estamos hoje fazendo uma homenagem à Irmã Anete Giordani, uma das figuras mais extraordinárias que vivem no nosso Estado, sem sombra de dúvidas. Agradeço a Deputada Ana Júlia, que juntos temos a honra de apresentar esse Projeto de Lei que vai ser votado hoje. Nascida em Bento Gonçalves, em 1965, a Irmã Anete Giordani ingressou na vida religiosa aos 18 anos, e aos 22 fez votos perpétuos no Instituto das Apóstolas no Sagrado Coração de Jesus. Inspirada por Zilda Arns, fundadora da Pastoral da Criança, a Irmã Anete se dedica há mais de 40 anos à filantropia e se tornou um símbolo de esperança no Paraná. À frente do Centro de Assistência Social Divina Misericórdia desde 1999, a Irmã Anete transformou a vida de milhares de pessoas com muitas ações em defesa das pessoas em vulnerabilidade social, dos direitos sociais e da cidadania. Aqui em Curitiba, especialmente, ela atua junto à população da Vila Sabará, Bairro da Cidade Industrial de Curitiba, onde mora e atua desde então. Seu nome é sinônimo de ética, compaixão e impacto social. A Irmã Anete merece, sem sombra de dúvidas, o Título de Cidadã Honorária do Paraná por seu trabalho incansável, tendo a educação como ferramenta, formou gerações com valores de solidariedade e justiça. Agradecemos o voto “sim” de todos os Parlamentares. E mais uma vez, Sr. Presidente, esta Casa cresce em prestígio ao fazer

homenagem a essa pessoa tão extraordinária, tão justa, que trabalha muito pelo Estado do Paraná. O voto é “sim”.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Para encaminhar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para encaminhar, Deputada Ana Júlia.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): Quero reforçar o pedido do Deputado Goura, dizer o quanto é importante esta homenagem à Irmã Anete. Dizer que eu fico especialmente muito feliz porque fui aluna da Irmã Anete, estudei no Centro Social Divina Misericórdia, minha mãe trabalhou lá por muitos anos, meu pai foi colega de faculdade da Irmã Anete. Então, eu passei toda a minha infância convivendo com essa mulher extraordinária, e que de fato dedica a sua vida à solidariedade, dedica a sua vida a projetos sociais, e é uma construção ética e firme para mudança da vida das pessoas e por justiça social. Então, o Estado do Paraná só ganha em dar Cidadania Honorária para a Irmã Anete Giordani, que muito nos orgulha no Centro Divina Misericórdia.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Em votação. Como encaminham os Líderes.

DEPUTADO ARTAGÃO JUNIOR (PSD): Liderança do Governo orienta voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Gilberto Ribeiro, Goura, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Mauro Moraes, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago*

Bührer (34 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacobós, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 519/2024.

Os Itens 12 e 13 faremos votação agrupada, por tratarem de matérias similares.

ITEM 12 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 750/2024, de autoria da Deputada Marli Paulino, que concede o título de utilidade pública à Associação de Mulheres e Meio Ambiente, com sede no município de Pinhais. Parecer favorável da CCJ.

ITEM 13 – Turno Único do Projeto de Lei n.º 22/2025, de autoria do Deputado Luis Corti, que concede o título de utilidade pública ao Centro de Apoio ao Autista de Paranavaí, com sede no município de Paranavaí Parecer favorável da CCJ.

Em discussão os Projetos. Não havendo quem queira discutir, em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): A Liderança do Governo orienta voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Encerrada a votação: *[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Jairo Tamura, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Samuel Dantas, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Bührer (32 Deputados);*

Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Curi, Batatinha, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacobós, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho e Ricardo Arruda (22 Deputados).] Com 32 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **estão aprovados os Projetos de Lei.**

ITEM 14 – Turno Único do Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2025, de autoria da Comissão Executiva, que autoriza o Governador a se ausentar do País no período de 7 de abril de 2025 a 22 de abril de 2025. Em discussão o Projeto. Não havendo quem queira discutir, em votação...

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, quero fazer uma discussão aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Para discutir, Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, acho que a forma que está sendo colocado aqui, na minha avaliação, está equivocada. O pedido do Governador é para afastamento do País no período de 7 a dia 22 de abril, porém a Constituição prevê que a Alep é competente para conceder licença ou autorizar o Governador a ser ausentar do País por qualquer tempo, quando for mais de 15 dias. O pedido de afastamento do Governador veio por ofício e sem justificativa ou motivação da sua ausência. Quando falamos em afastamento, inclusive na política, significa que vai ter que colocar alguém no cargo nesse momento de ausência – de repente pode ser o Vice ou V.Ex.^a pode virar Governador. Não está colocado isso de forma clara. Então, assim, obviamente que, se tiver os motivos, vamos votar a favor, mas acho que o formato jurídico está errado. Está errado! Está dizendo que... pedindo o afastamento, obviamente vai ter que ter alguém sendo empossado no cargo de Governador no período em que ele se ausentar. Então, tem que vir no formato de pedido de... Tem que vir em formato de

comunicado de ausência do País, não pedido de afastamento. É o que estou entendendo, Presidente. Acho que o formato jurídico está errado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Deputado Arilson, menos de 15 dias, apenas a comunicação desta Casa; mais de 15 dias, temos que colocar em votação. Mas a Constituição não exige que se encaminhe a agenda do Governador. Vamos colocar em votação o Requerimento, por se tratar de 16 dias de ausência fora do País.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, não vamos votar contra isto. Estou querendo dizer que o formato que está, na minha avaliação, está equivocado. Claro! Estou dizendo que está errada a forma. Não somos contra.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Vamos fazer para os futuros, não é, Arilson? As futuras vezes.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): É, só isso! Só isso que estou colocando.

DEPUTADO ARTAGÃO JÚNIOR (PSD): Senhor Presidente, esta Liderança orienta a bancada naturalmente pelo voto “sim” e todos os comunicados de licença ou afastamento anteriores foram feitos nos mesmos moldes. O Governador tem tido a responsabilidade e o comprometimento de levar a imagem do Paraná em várias missões internacionais, e todas essas ocorridas anteriormente foram feitas dentro do mesmo padrão. Naturalmente que o Governo pretende, e o Governador sempre fez isso de forma muito clara, cumprir todos os requisitos legais, e assim aconteceu até então. Se for necessário algum ajuste, certamente o Governo fará, mas assim ocorreram os outros comunicados em todas as viagens e missões internacionais do Governador. A Liderança orienta o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Votando. Como vota o Deputado Luís Corti? Como vota o Deputado Tito Barichello? Como vota o Deputado Samuel Dantas? Deputado Luís Corti, como vota? Encerrada a votação:

[Votaram Sim: Adão Litro, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Denian Couto, Dr. Antenor, Dr. Leônidas, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Jairo Tamura, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Maria Victoria, Marli Paulino, Paulo Gomes, Professor Lemos, Reichembach, Soldado Adriano José, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (30 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilson de Souza, Goura, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Matheus Vermelho, Mauro Moraes, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda e Samuel Dantas (24 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2025.**

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, só fazer uma pergunta técnica aqui, permita-me. O Ato da Comissão Executiva é autorização para o Governador se ausentar do País, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Sim.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Não é o termo “afastamento”, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Não.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Porque juridicamente é impróprio.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): O Decreto Legislativo é claro, permite o Governador se ausentar do País em um período de 16 dias.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Porque nesse ponto o Deputado Arilson tem razão, porque afastamento é outro instituto jurídico, data vênia.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD):

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.º 564/2025, do Deputado Cobra Repórter, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado do Desenvolvimento Social e Família Paraná, requerendo informações acerca da desclassificação de três projetos do Instituto de Tecnologia e Dignidade (I -T&DH), no Edital n.º 5/2024, junto ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente, bem como a pontuação atribuída ao referido Instituto. **Conforme acordo do Líder do Governo com o autor, será encaminhado como expediente.**

Requerimento n.º 570/2025, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação de Redação Final para o Projeto de Decreto Legislativo n.º 2/2025; **Requerimento n.º 571/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 131/2025; **Requerimento n.º 572/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 132/2025; **Requerimento n.º 573/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação da Redação Final do Projeto de Lei Complementar n.º 1/2025; e **Requerimento n.º 574/2025**, do Deputado Hussein Bakri, solicitando dispensa de votação de Redação Final do Projeto de Lei n.º 89/2025. **Aprovados os Requerimentos. (Requerimentos encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)**

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 559/2025, do Deputado Alexandre Curi, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa à Ordem Demolay Paranaense, em reconhecimento à sua destacada atuação na formação de jovens líderes e no desenvolvimento de projetos de impacto social e educacional em diversos municípios do Estado; **Requerimento n.º 560/2025**, do Deputado Fábio Oliveira, solicitando o registro e o envio de menção honrosa à Porcelana Schmidt, pela homenagem e reconhecimento pelos 80 anos de serviços; **Requerimento n.º 561/2025**, da Deputada Mabel Canto, solicitando o envio de menção honrosa concedida ao Operário Ferroviário Esporte Clube, sob o Requerimento n.º 516/2025; **Requerimento n.º 562/2025**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos Centros de Tradições Gaúchas do município de Ponta Grossa, pelo trabalho valoroso realizado pelo CTG; **Requerimentos n.ºs 563 e 565 a 567/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o envio de votos de congratulações: à Padaria Piegel Pães, de Curitiba, pelos 110 anos de tradição em panificação; à Padaria América, de Curitiba que recebeu o título de Patrimônio Cultural Imaterial de Curitiba, por sua tradicional Broa de Centeio; à Padaria Família Farinha de Curitiba, que recebeu 32 premiações de melhor Padaria de Curitiba; à Prestinaria Casa de Pães, de Curitiba, que foi premiada como melhor estabelecimento para se iniciar o dia em Curitiba; **Requerimento n.º 568/2025**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e o envio de votos de congratulações com menção honrosa ao Biólogo José Roberto Borghetti, em razão das incontáveis contribuições para o Desenvolvimento Sustentável do Estado do Paraná; **Requerimento n.º 569/2025**, do Deputado Professor Lemos, solicitando o envio de expediente ao Governador do Estado do Paraná e ao Sr. Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, Sr. Sandro Alex, conforme especifica; **Requerimento n.º 579/2025**, da Deputada Márcia Huçulak, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos nomes relacionados, em virtude da colaboração ao Arquivo Público do Paraná, para serem entregues na Sessão Solene em referência aos 170 anos do Arquivo, que se realizará no dia 4 de abril, no Plenário desta Casa de Leis.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: Requerimento n.º 577/2025, dos Deputados Thiago Bührer e Matheus Vermelho, requerendo a inclusão do Deputado Matheus Vermelho como coautor do Projeto de Lei n.º 144/2025, de autoria do Deputado Thiago Bührer; **Requerimento n.º 578/2025**, dos Deputados Alexandre Curi, Gugu Bueno e Maria Victória, requerendo a ampliação do número de membros e redução do prazo de duração previstas no Requerimento n.º 458/2025, que requer a criação de Comissão Especial destinada à elaboração de estudos sobre empreendedorismo e inovação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Alexandre Curi – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 7, no horário regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.^{os} 519/2024, 750/2024 e 22/2025 e do Projeto de Decreto Legislativo n.º 1/2025; 2.º Turno do Projeto de Lei Complementar n.º 2/2025 e dos Projetos de Lei n.^{os} 787/2024, 88/2025 e 159/2025; 1.º Turno dos Projetos de Lei n.^{os} 534/2022 e 119/2025; e Turno Único dos Projetos de Lei n.^{os} 106/2024 e 54/2025.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h21, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)